

Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 27 a 31 de dezembro, em Brasília.

LEGISLAÇÕES NO FIM DE ANO

Fim de ano tem projetos relevantes para sanção. O Presidente Jari Bolsonaro deve decidir pela sanção ou de veto de diversas matérias que foram aprovadas pelo Congresso Nacional neste fim de ano. Na área tributária, o governo deve compatibilizar a questão orçamentária com as medidas de incentivos aprovadas. Destacam-se o PL 2541/2021, que prorroga a desoneração da folha de pagamentos de determinados setores econômicos; o PL 3042/2021, que contém benefícios para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis); e o PLP 32/2021, que estabelece as regras do ICMS em operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidor final não contribuinte.

Agenda prioritária do Governo também avança. Pauta do Ministério da Economia, o PL 5387/2019, que estabelece a Nova Lei do

Câmbio, deve ser sancionado. Na área de infraestrutura, o PL 4199/2020, que cria o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar) também deve ser sancionado. Na área social, a Medida provisória 1061/2021, que cria o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, será transformada em Lei até o dia 29 de dezembro.

Na área fiscal são esperadas duas novas legislações. O PLP 46/2021, que estabelece o programa de renegociação em longo prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELP); e o PLP 123/2021, que exclui novas despesas do teto definido na renegociação das dívidas dos estados com a União. Outros projetos relevantes também serão sancionados, o PL 2510/2019, que define a Área de Preservação Permanente em curso d'água em área urbana, e a Medida Provisória 1063/2021, que estabelece as regras de compra e venda de álcool por revendedor varejista.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro desembarcou no aeroporto de Navegantes, no Litoral Norte catarinense, na manhã desta segunda (27), onde passará a virada do ano.

Casa Civil Ministério da Casa Civil

Agenda do ministro - **Ciro Nogueira** reuniu-se, nesta segunda (27), com o secretário Júlio Cesar Gomes (Receita Federal), para tratar a paralisação dos servidores da receita federal.

ME Ministério da Economia

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do diretor de política monetária - **Bruno Serra Fernandes** reuniu-se, nesta segunda (27), com Márcio Garcia, professor da PUC/RJ, para tratar sobre conjuntura econômica.

Balança Comercial - Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 subiu de US\$ 59,09 bilhões para US\$ 59,15 bilhões de resultado positivo. Para 2022, a estimativa caiu de US\$ 55,25 bilhões para US\$ 55 bilhões de superávit.

Boletim Focus - Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2021 recuou de 10,04% para 10,02%. No caso do

PIB 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de crescimento de 4,58% para 4,51%. O mercado financeiro manteve em 11,50% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2021 subiu de R\$ 5,60 para R\$ 5,63. Para o fim de 2022, avançou de R\$ 5,57 para R\$ 5,60 por dólar.

Agenda da diretora financeira - Bianca Nasser reuniu-se, nesta segunda (27), com a Marina Gontijo, representante da Oliver Wyman, empresa americana de consultoria em gestão.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

A **Câmara dos Deputados** encontra-se em recesso até 1º de fevereiro.

Senado Federal

O **Senado Federal** encontra-se em recesso até 1º de fevereiro.

Política

Bolsonaro confirma Tarcísio na disputa por São Paulo. O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou na sexta-feira (24) que a “certeza” é de que irá apoiar seu ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, ao governo do Estado de São Paulo em 2022. Segundo ele, a candidatura já está acertada e outros apoios para o ano que vem estão em discussão. Ao Poder360, Bolsonaro afirmou que tem conversado até o momento “apenas com o Tarcísio, com mais ninguém”. “A certeza é que Tarcísio é nosso candidato”, declarou. Fonte: Poder 360

Congresso aprovou 58% das reformas de Guedes em 2021. A aliança do governo com o Congresso fez 14 de 24 projetos econômicos prioritários de Paulo Guedes (Economia) de 2021 serem aprovados até o recesso de fim de ano. É um desempenho de 58%. A maioria das propostas foi aprovada no começo do ano. A PEC dos Precatórios, as leis de câmbio, da cabotagem e das ferrovias são as únicas aprovadas nas duas Casas nos últimos 6 meses. Fonte: Poder 360

Presidente Bolsonaro diz que regulamentação do lobby está bem avançada. O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou na sexta-feira (24) que o projeto que regulamenta o lobby está bem avançado. A declaração foi feita à jornalistas no Palácio do Alvorada. Bolsonaro publicou decreto em 10 de dezembro que impõe regras de transparência na divulgação da agenda de agentes públicos da administração federal com representantes de grupos de interesses, os lobistas. Também estabelece regras para o recebimento de presentes. O decreto 10.889 diz que vai unificar o sistema de agendas, ao criar o e-Agendas, que será gerido pela CGU (Controladoria Geral da União). O prazo para o sistema entrar em operação é outubro de 2022.” Fonte: Poder 360

Moro e Bolsonaro disputam apoio de governadores que pediram votos para atual presidente. A entrada do ex-juiz Sergio Moro (Podemos) na corrida presidencial pode enfraquecer os palanques estaduais do presidente Jair Bolsonaro (PL). As candidaturas disputam o apoio de pelo menos dois governadores: Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, e Ratinho Jr. (PSD), do Paraná. Além disso, a campanha do ex-ministro bolsonarista trabalha para atrair outros três chefes do Executivo estadual que estiveram com o presidente em 2018: Ronaldo Caiado (DEM), de Goiás, Mauro Mendes (DEM), de Mato Grosso, e Marcos

Rocha (PSL), de Rondônia. Eles devem integrar o União Brasil, partido que surgirá a partir da fusão de DEM e PSL e que tem sido alvo de investidas de Moro. Fonte: O Globo

Congresso ignora pauta de costumes e aprova só 37% dos projetos prioritários do governo. Mesmo tendo intensificado sua aliança com o Centrão, sacramentada no final do ano com a filiação ao PL, o presidente Jair Bolsonaro seguiu tendo dificuldades no Congresso em 2021. O governo federal não aprovou a maior parte dos projetos que escolheu como prioritários, e viu diminuir as taxas de medidas provisórias (MP) convertidas em lei. As pautas de costumes, tão caras a Bolsonaro, não andaram. Já propostas na área econômica conseguiram aprovação, mas são minoria na lista de três dezenas de projetos enviados pelo Poder Executivo com carimbo de prioridade: representam 13 dos 35 projetos prioritários, um índice de 37% de aprovação. Fonte: O Globo

Lira fixa base de Bolsonaro, mas trava em reformas e na 'pauta da vingança'. Em seu primeiro ano à frente da Presidência da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), 52, destravou projetos importantes para o governo, usou a distribuição de emendas para consolidar a base de apoio de Jair Bolsonaro (PL) e recorreu a manobras para obter vitórias. Lira, porém, viu barrada em parte sua ofensiva para aprovar reformas estruturantes e uma "pauta da vingança" contra a Operação Lava Jato. Líder do centrão, o grupo de partidos que dá sustentação a Bolsonaro e que deve formar a sua chapa à reeleição, Lira é hoje o principal aliado de Bolsonaro no Congresso. Fonte: Folha de S. Paulo

Bolsonaro critica formação de chapa Lula-Alckmin. A criação de uma chapa formada por Lula e Geraldo Alckmin para concorrer nas eleições presidenciais de 2022 foi alvo de críticas de Jair Bolsonaro. No Twitter, o presidente divulgou um texto do jornalista J.R. Guzzo no qual o autor afirma que Alckmin deverá cumprir papel de vice figurativo, não sendo possível atingir um meio termo entre as pautas de seu interesse e as do suposto interesse do petista. "Ou Alckmin é a favor ou é contra Lula. (...) Não existe chapa 'moderada' com Lula e com PT", defendeu Guzzo no texto. Para o colunista endossado por Bolsonaro, o ex-governador paulista "terá de aceitar" escândalos de corrupção em troca de "empregos e esmolas para Alckmin e seus amigos". O autor do texto é co-fundador da revista Oeste, um dos meios de comunicação apoiadores do governo Bolsonaro. Fonte: Congresso em Foco

Bolsonaro viaja ao litoral de Santa Catarina para o Réveillon. O presidente Jair Bolsonaro (PL) embarcou na segunda-feira (27) para Santa Catarina. O chefe do Executivo deve passar o feriado de Ano Novo em São Francisco do Sul, litoral catarinense. Bolsonaro deve retornar para Brasília em 4 de janeiro. A região em que o presidente ficará em Santa Catarina para a passagem de 2022 é a mesma em que ficou em dezembro de 2020. Fonte: Poder 360

Economia

BC faz aperto nos juros enquanto governo sinaliza descontrole fiscal. A deterioração do cenário econômico ao longo deste ano levou à piora nas expectativas dos principais indicadores para 2022. O Brasil superou em setembro a barreira dos dois dígitos na inflação e deve alcançar a marca também na taxa básica de juros (Selic) em fevereiro. Há ainda risco de queda do PIB (Produto Interno Bruto), levando o país à recessão, tudo ao mesmo tempo. O BC (Banco Central), na avaliação de economistas, tem pesado a mão na elevação dos juros para conter a escalada de preços diante dos sinais do governo de abandono da âncora fiscal. Essa estratégia, afirmam, deprime ainda mais a atividade e tem efeito limitado na inflação, que começou como choque de custos —para o qual a política monetária não tem tanta eficácia— e se disseminou. Fonte: Folha de S. Paulo

Bolsonaro diz que teto de gastos é "mortal". O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou na sexta-feira (24) que, apesar de ajudar a equilibrar as contas públicas, o teto de gastos é "mortal". Ele comentou a falta de espaço no Orçamento de 2022 para acomodar medidas como a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e aumentos salariais a servidores. "A questão do teto: realmente eu sei que é equilíbrio de contas, um montão de coisa aí, mas é mortal. A questão do servidor: você vê, o orçamento está aí.

Ninguém pode prometer nada se não está no orçamento”, declarou o presidente ao receber jornalistas no Palácio do Planalto. Fonte: Poder 360

Secretário do Tesouro diz que "teto de gastos não acabou". O secretário do Tesouro, Paulo Valle, disse que serão necessários ajustes no Orçamento durante o 1º semestre de 2022 para acomodar gastos essenciais e salientou: “O teto de gastos não acabou “. “Ajustes de despesas que a dotação ficou a abaixo do que pedimos. Vamos ter que recompor. Deverá ter complementação de algumas despesas por projeto de lei “, explicou”. Fonte: Poder 360

Brasil avalia deixar órgãos multilaterais de economia por falta de dinheiro. O Ministério da Economia defende a revisão da participação do Brasil em diferentes organismos internacionais. A falta de dinheiro é a justificativa do time de Paulo Guedes. O movimento ocorre enquanto o país acumula dívidas com colegiados multilaterais e o Itamaraty faz alertas sobre o risco de perda de voto em entidades como a ONU (Organização das Nações Unidas). Em análises sobre o tema, a equipe econômica identificou que o Brasil sofre desvantagem em alguns organismos e participa de certas entidades de forma redundante. Fonte: Folha de S. Paulo

CVM conclui adesão ao acordo de cooperação da Iosco. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concluiu sua adesão a um acordo de cooperação internacional liderado pela Organização Internacional das Comissões de Valores (Iosco), entidade que congrega reguladores de mercados de valores mobiliários do mundo todo. O regulador brasileiro concluiu sua entrada no *Enhanced Multilateral Memorandum of Understanding* (EMMOU), que facilita a troca de informações entre os participantes de diversos países. O EMMOU é a versão expandida do Memorando de Entendimentos Multilateral (MMOU), de 2002. Em nota, a CVM disse que o acordo torna sua fiscalização mais eficaz, porque pode compartilhar material de investigação, de maneira mais ágil e segura, com um número maior de reguladores. Além disso, para a autarquia, a adesão é um reconhecimento de que o arcabouço regulatório brasileiro atende aos padrões dos mercados mais desenvolvidos em relação ao compartilhamento de informações com autoridades estrangeiras. Fonte: Valor Econômico

Tributário

Greve de auditores da Receita Federal começa na segunda-feira (27). A partir da segunda-feira (27), os auditores da Receita Federal entram em greve em todo o país. Com isso, ficam paralisadas ou mais lentas atividades de fiscalização tributária e aduaneira — isto é, de importação e exportação de mercadorias. De acordo com Kleber Cabral, presidente do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), o movimento não afetará os viajantes. Os motivos da greve são a falta de regulamentação do chamado "bônus de eficiência" e os cortes no Orçamento 2022, que tiram recursos da área e impedem o reajuste salarial da categoria. Fonte: Portal R7

Bolsonaro reitera que vai sancionar desoneração da folha de pagamentos. O presidente Jair Bolsonaro (PL) reforçou na sexta-feira (24) que sancionará a desoneração da folha de pagamentos até o fim de 2023. A medida é voltada para os 17 setores da economia que mais empregam no país. “Vamos sancionar, não sei se é hoje, tem despachos agora”, disse a jornalistas no Palácio da Alvorada. “Deram uma bobeadada no Orçamento, mas vai ser sancionada.” Bolsonaro lembrou ter participado de reunião com representantes dos setores e que a manutenção da desoneração “foi acertada” por mais dois anos. Sem a prorrogação, a medida acabaria em 31 de dezembro deste ano. Fonte: Valor Econômico

Autor e relator de projeto que prorroga desoneração acreditam em sanção até início de 2022. Parlamentares diretamente ligados à tramitação do projeto que prorroga até 2023 a desoneração da folha de pagamentos de empresas de 17 setores da economia que mais empregam no país, os deputados Jerônimo Goergen (PP-RS) e Efraim Filho (DEM-PB) dizem acreditar que o presidente Jair Bolsonaro sancionará a proposta até o início do ano, o que resolverá o impasse em função da não inclusão do tema na peça orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional na semana passada. Na sexta-feira, o próprio Bolsonaro disse que vai sancionar a proposta “o mais rápido possível”. “Nós vamos sancionar o projeto que fala da

desoneração da folha. Atinge, se não me engano, 17 categorias. Isso vai ser sancionado. Também será sancionada a isenção de IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] para taxistas". Fonte: Valor Econômico

Reforma tributária terá prioridade no Senado. A cúpula do Senado já definiu a prioridade da Casa para o ano de 2022. O objetivo é aprovar qualquer versão de reforma tributária que tenha apoio da maioria dos parlamentares. O texto que está em discussão no Senado é a proposta de emenda à Constituição (PEC) 110, que tem o aval do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O parlamentar mineiro articula colocar o tema em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) logo após o retorno dos trabalhos, a partir de fevereiro. O Valor apurou que Pacheco já tratou do assunto com Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente da CCJ, e alguns líderes da Casa. As conversas buscam manter a reforma no horizonte, principalmente no primeiro semestre do ano, quando as questões eleitorais ainda não ganharam tanta força. Segundo interlocutores, Pacheco rejeita a tese de que não se pode aprovar reforma tributária em último ano de governo, mesmo que Bolsonaro tenha se enfraquecido ainda mais nos últimos meses. A ordem é enviar algum tipo de proposta para a Câmara dos Deputados, ainda que o presidente, Arthur Lira (PP-AL), atralhe sua tramitação. Fonte: Valor Econômico

Covid-19

Nota Anvisa: vacinas aprovadas no Brasil são seguras e eficazes. A Covid-19 ainda é uma ameaça para as pessoas que não foram vacinadas, isso inclui as crianças. Crianças e adultos podem contrair a Covid-19 ficando gravemente doentes, o que pode resultar em hospitalização e ainda em sequelas e danos à saúde que podem persistir por várias semanas ou até mais, após a infecção. Os problemas contínuos também podem ocorrer com as pessoas que não apresentaram sintomas quando foram infectadas com o novo Coronavírus. Ou seja, mesmo as pessoas assintomáticas podem apresentar problemas futuros de saúde como resultado da infecção, inclusive as crianças assintomáticas. Fonte: ASCOM Anvisa

Último Foco

Índice que mede confiança da indústria cai pelo 5º mês consecutivo. O índice que mede a confiança da indústria caiu pelo 5º mês consecutivo - 2,0 pontos em dezembro, para 100,1 pontos -, menor nível desde agosto de 2020 (98,7 pontos), informou na segunda-feira (27) o FGV Ibre. Sobre a escassez de insumos, Claudia diz que se espera uma normalização a partir do segundo semestre de 2022. "Nesse contexto, o setor encerra 2021 com gargalos ainda não resolvidos, incitando recuo das expectativas." Fonte: G1 Notícias

Mulheres ocupam só 36,9% das vagas no mercado de TI. O pioneirismo da matemática britânica Ada Lovelace, que formulou, no século 19, o primeiro algoritmo para ser processado por uma máquina, não atravessou o tempo. Levantamento da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom) mostra que no ano passado o setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC) empregava no Brasil 867 mil pessoas, sendo 547,3 mil, ou 63,1%, homens e apenas 319,8 mil, ou 36,9%, mulheres.

Microsoft, Lenovo e Intel cancelam participação presencial na CES 2022. A Microsoft, a Lenovo e a Intel informaram que não irão participar da Consumer Electronics Show (CES) 2022, planejada para acontecer em Las Vegas (EUA) no início de janeiro. A participação remota, por meio de vídeos, ocorrerá, segundo comunicado enviado na sexta-feira (24). As companhias juntam-se a uma lista de empresas que optaram por não ter presença física na maior feira de tecnologia do mundo, preocupadas com a rápida disseminação da variante ômicron do novo coronavírus. Na semana passada, a fabricante de automóveis General Motors, a Alphabet (controladora do Google e da empresa de tecnologia automotiva autônoma Waymo), a Meta, o Twitter, a Amazon e a operadora de telecomunicações AT&T cancelaram os planos de participação presencial, alegando preocupação com a disseminação da covid-19. Fonte: O Estado de S. Paulo

MEC unificará dados de estudantes em um aplicativo até junho de 2023. O Ministério da Educação pretende, em 18 meses, unificar em um aplicativo informações da trajetória dos estudantes. A expectativa é de que uma primeira versão do produto, chamado Jornada do Estudante, seja disponibilizada ainda no primeiro semestre de 2022, conforme disse à Rádio Nacional o subsecretário de Tecnologia do MEC e gestor da unidade responsável pelo projeto da Jornada do Estudante, André Castro. “Historicamente já tivemos iniciativas do MEC visando uma ID estudantil que alcançava um ponto desse projeto. Agora vimos, com a nova proposta, um produto mais amplo, a ser construído de forma conjunta com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)”, disse o subsecretário. Fonte: Agência Brasil

Anatel inicia tomada de subsídios sobre competição. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) iniciou na quinta-feira (23/12) tomada de subsídios para a revisão do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). Contribuições serão recebidas, por meio do Sistema de Acompanhamento de Consultas Públicas, até 7 de fevereiro de 2022. O PGMC é uma das principais ferramentas da Anatel para o incentivo à competição no setor de telecomunicações. O documento reúne medidas específicas destinadas à promoção da concorrência e estabelece os marcos para futuras reavaliações sobre o desempenho da competição setorial, visando sempre equilibrar suas medidas com o princípio da intervenção mínima no setor. Fonte: ASCOM Anatel

CPI das Fake News buscará parceria com Polícia Federal, TSE e Ministério Público. O presidente da CPI mista das Fake News, senador Angelo Coronel (PSD-BA), disse em entrevista à TV Senado na semana passada que, quando a CPI voltar aos trabalhos, em fevereiro, atuará buscando parcerias com a Polícia Federal (PF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério Público. O objetivo é ter uma estratégia comum de combate às fake news no processo eleitoral de 2022. — Fake news é coisa de marginal. E em ano eleitoral a CPI ganha mais importância ainda. Queremos ser um esquadro das denúncias e meu objetivo é compartilhar essas denúncias com a Polícia Federal, o TSE, o Ministério Público e as polícias estaduais. Chega de implantar ódio e raiva nas redes sociais, isso virou o mal do século — declarou Angelo Coronel. Fonte: Agência Senado

Fake news e eleições: filme velho que continua em cartaz. O ano novo começa sob o signo da disputa eleitoral e, com ela, a expectativa de crescimento exponencial do radicalismo nas ações dos candidatos e seus seguidores e da disseminação em massa de informações falsas através das redes sociais, mecanismo já incorporado como arma trivial nos confrontos políticos. O período eleitoral ainda nem foi oficialmente aberto mas já é possível prever que os candidatos ou coligações que melhor manipularem os recursos oferecidos pela tecnologia para a produção e disseminação de fake news serão os grandes vencedores do pleito. E tudo sob o manto protetor da impunidade, já que as medidas protetivas anunciadas pelas autoridades judiciais encarregadas de zelar pela lisura do pleito não passam, até aqui, de manifestação de intenções.

Fonte: Congresso em Foco

Fake news sobre presidenciais proliferam nas redes e desafiam Justiça Eleitoral para 2022. Conteúdos falsos e enganosos já disseminados nas redes sociais contra pré-candidatos à Presidência, inclusive por agentes públicos e políticos com mandato, antecipam desafios que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as plataformas terão pela frente na campanha de 2022. A facada sofrida pelo presidente Jair Bolsonaro em 2018, por exemplo, voltou a suscitar, nos últimos meses, teorias conspiratórias de petistas e bolsonaristas que ignoram pontos comprovados na investigação da Polícia Federal (PF), que concluiu que Adélio Bispo agiu sozinho no ataque. Ciro Gomes (PDT) sofreu ataques de deputados bolsonaristas, que produziram desinformação com trechos de entrevistas do pedetista. Sergio Moro (Podemos) e João Doria (PSDB), por sua vez, foram alvos de fake news com elementos de suas vidas privadas veiculados sem embasamento. O TSE aprovou resoluções para coibir notícias e mensagens falsas sobre o processo eleitoral, e acenou com a possibilidade de cassação de candidaturas que fizerem uso de disparos em massa, precedentes que não existiam na campanha de 2018. Ainda há, por outro lado, dificuldades e dúvidas sobre o controle exercido pelas plataformas sobre postagens de usuários. Fonte: O Globo

Gastos do Ministério da Educação caem em todas as modalidades: educação básica, superior, infantil, profissional e de jovens e adultos. Da creche à universidade, o Brasil gastou menos em educação. Dados oficiais do orçamento do governo federal apontam para uma queda de 13% nos recursos

destinados a investimento na educação básica (ensino fundamental e médio), que passou de R\$ 6,9 bilhões em 2020 para R\$ 6 bilhões este ano. Mas o orçamento minguou em todas as frentes do ensino. A mesma educação básica, em 2018, primeiro ano antes do início da gestão do presidente Jair Bolsonaro, recebeu R\$ 7,5 bilhões. Desde 2020, caiu também a verba voltada para a educação infantil, de jovens e adultos, superior e profissional. Os maiores cortes se deram na educação de jovens e adultos (EJA). O valor empenhado foi de R\$ 76 milhões, em 2018. Mas, este ano, foram só R\$ 4 milhões, uma queda acumulada de 94%. A metade do que foi gasto no ano passado, que já tinha sofrido uma drástica redução para R\$ 8 milhões. Essa rubrica chegou a ultrapassar a casa de R\$ 1 bilhão em 2013. Fonte: O Globo

Ministro aborda tecnologias habilitadoras no 3º episódio da série de Entregas 2021. As realizações e entregas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) são tema de uma nova série de vídeos que estreou na quinta-feira (23). Intitulado “Realizações 2021 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – A Série”, o programa é apresentado pelo ministro do MCTI, astronauta Marcos Pontes, e foca nas principais atividades do ano executadas pelo ministério, divididas por estratégias e programas setoriais. No terceiro episódio, que foi ao ar no sábado (25), Pontes falou sobre as tecnologias habilitadoras, sua importância e as principais ações do ministério para desenvolver essa área. “Tecnologias habilitadoras são um eixo prioritário aqui do nosso ministério”, explicou. “Eu tenho um apreço especial por elas e você vai entender por quê – são aquelas tecnologias que permitem a construção de sistemas mais complexos, inteligência artificial, biotecnologia, internet das coisas, entre outras”. Fonte: ASCOM MCTI

Tecnologias de produção é tema do 4º episódio sobre entregas. As realizações e entregas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) são tema de uma nova série de vídeos que estreou na quinta-feira (24). Intitulado “Realizações 2021 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – A Série”, o programa é apresentado pelo ministro do MCTI, astronauta Marcos Pontes, e foca nas principais atividades do ano executadas pelo ministério, divididas por estratégias e programas setoriais. O tema do quarto vídeo, exibido no domingo (26), foi o desenvolvimento de tecnologias de produção, uma das áreas de atuação do MCTI, de suas vinculadas, projetos e programas. Em poucas palavras, tecnologia de produção é aquela capaz de gerar recursos financeiros para o país, seja aplicada na indústria, agronegócio, sistemas de comunicações dentre outros setores. Fonte: ASCOM MCTI

Ministério da Economia institui grupo de trabalho para avaliar atuação de governo digital. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia instituiu um grupo de trabalho para avaliar a aplicabilidade técnica atual de padrões e normas de governo eletrônico. A medida deverá ser implementada no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). A portaria entrará em vigor a partir de 3 de janeiro. O grupo de trabalho será composto por representantes do gabinete da Secretaria de Governo Digital, dos departamentos de Operações Compartilhadas (DEOPC), de Serviços Públicos Digitais (DESPD), de Experiência do Usuário de Serviços Públicos (DEUXS), de Governança de Dados e Informações (DEGDI) e da Coordenação-Geral de Governança em Tecnologia da Informação (CGGOV). Fonte: Valor Econômico